

**HABEAS CORPUS Nº 548.985 - MG (2019/0358562-4)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : JENNER SILVÉRIO JACULI**  
**ADVOGADO : JENNER SILVERIO JACULI - MG157983**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : ROGERIO BONFIM DE ALMEIDA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido liminar formulado em **habeas corpus** impetrado em favor de ROGERIO BONFIM DE ALMEIDA, contra v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que restou assim ementado:

*"HABEAS CORPUS - EXTORSÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO - PRISÃO PREVENTIVA - DECISÃO FUNDAMENTADA - PRESENTES OS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP - SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR OUTRA MEDIDA CAUTELAR - IMPOSSIBILIDADE - PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - NÃO VIOLADO - EXCESSO DE PRAZO - INOCORRENTE - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO - ORDEM DENEGADA. 1. Atendidos os requisitos instrumentais do art. 313 do CPP. bem como presentes os pressupostos e ao menos um dos requisitos do art. 312 do CPP. deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP. pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes. 2. Princípio da presunção de inocência não violado, vez que a prisão preventiva não se ancora em certeza da culpa, mas sim em indícios dela. 3. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal não resultam de mera soma aritmética, servindo apenas como parâmetro aeral. 4. Ordem denegada".*

Requer a revogação da prisão preventiva e o reconhecimento de excesso de prazo para o término da instrução processual.

É o breve relatório.

**Passo a decidir.**

No caso em tela, **ao menos em sede de apreciação sumária**, tenho

que a r. decisão que decretou a prisão preventiva do paciente está suficientemente fundamentada, com a indicação da existência nos autos de circunstâncias ensejadoras da custódia cautelar, notadamente pela periculosidade do agente - *Nesta vertente com amparo em variados elementos de informação colhidos na fase de investigação, incluindo-se então, depoimentos coletados da vítima e de seu filho além de uma testemunha, então presentes quando do início dos crimes que foram cometidos se tem a certeza da gravidade do ocorrido {fumas Meti comissi) e a franca demonstração do periculum libertatis quando forjado um flagrante para condução à Delegacia de Polícia e ali mediante a parceria formada entre policiais e aquiescência do delegado de polícia extorquiram a vítima sob a alegação que se não fosse atendida a pretensão da vantagem ilícita a vítima seria presa. Nas narrativas da vítima e de seu filho e o empregado do comércio de propriedade daqueles, quando são fáceis de deduzir os métodos utilizados para levar adiante uma proposta do malefício planejado. Houve impedimento da vítima da extorsão e de seu filho que o acompanhava chamar o próprio advogado e para tanto disseram que já existia 110 lugar o advogado (então denunciado - Fabrício) e se apoderaram dos aparelhos celulares evitando contato externo até quando houve o acerto financeiro. Para a lavagem de dinheiro adentra em cena um terceiro parceiro (Kdson Melo) então encarregado de efetuar os recebimentos dos valores parcelados da extorsão ocorrida transformando em dinheiro vivo com a impossibilidade de rastreamento em atitude deslavada para a lavagem de dinheiro em várias etapas" (fl. 27).*

Sobre o tema, colaciono o seguinte precedente desta eg. Corte Superior:

**"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS  
SUBSTITUTIVO DE RECURSO. INADEQUAÇÃO. EXTORSÃO.  
PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA.  
GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA DELITUOSA. MODUS  
OPERANDI. REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM  
PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO.  
CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. HABEAS**

**CORPUS NÃO CONHECIDO.**

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

3. A prisão preventiva está adequadamente motivada, para garantia da ordem pública, com base em elementos concretos extraídos dos autos, diante do *modus operandi* da suposta conduta criminosa e da necessidade de se evitar a reiteração da conduta delitiva, indicando a periculosidade dos pacientes, policiais militares que extorquiram as vítimas ao pagamento de determinada quantia em dinheiro para que não desmanchassem o veículo outrora subtraído. 4. Segundo reiterada jurisprudência desta Corte, a periculosidade do agente, evidenciada pelo *modus operandi* do delito, é fundamento idôneo para justificar a prisão preventiva, tendo como fim o resguardo da ordem pública. 5.

"Esta Corte Superior possui entendimento firme no sentido de que a presença de condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela" (RHC 89.928/PB, Rel.

Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 20/6/2018).

6. Habeas corpus não conhecido" (HC 406.199/MG, Quinta Turma, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 15/08/2018)

Quanto ao alegado excesso de prazo para o término da instrução processual cumpre ressaltar que a propósito, esta Corte, de longa data, já firmou jurisprudência no sentido de considerar o **juízo de razoabilidade** para constatar possível constrangimento ilegal no prazo de constrição ao exercício do direito de liberdade. Nesse sentido, o seguinte precedente **desta Corte**:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO, TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DA CAUSA. VÁRIOS RÉUS, SENDO UM DELES, INCLUSIVE, MENOR. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA, PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE NÃO ULTRAPASSADOS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. [...]

2. *O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é de que a verificação da ocorrência de excesso de prazo para a formação da culpa não decorre da simples soma dos prazos processuais, devendo ser examinadas as peculiaridades de cada caso, sempre observado o princípio da razoabilidade (art. 5º, LXXVII).*

3. *Na espécie, a complexidade da causa, que abrange vários crimes, os diversos réus envolvidos e a expedição de cartas precatórias mostram que o trâmite processual se encontra compatível com as particularidades do caso concreto, não se tributando aos órgãos estatais indevida letargia.*

4. *Recurso em habeas corpus improvido"* (RHC n. 48.889/MS, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 19/8/2014).

Não há que se falar, portanto, **em princípio**, em ilegalidade da prisão. Assim, não verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade que possa ser identificada neste juízo meramente perfunctório, razão pela qual **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao juízo de primeiro grau e a autoridade tida como coatora.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

P. e I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator